



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**ANA PAULA SANCHES DO CARMO DE OLIVEIRA**

**A CIDADE DA ENERGIA:** Tucuruí e uma análise da ocupação da Amazônia através da  
imprensa nas décadas de 1970 e 1980

**Ananindeua  
2025**

ANA PAULA SANCHES DO CARMO DE OLIVEIRA

**A CIDADE DA ENERGIA:** Tucuruí e uma análise da ocupação da Amazônia através da imprensa nas décadas de 1970 e 1980

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará, visando à obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva

**Ananindeua**  
**2025**

## **AGRADECIMENTOS**

Iniciar e experienciar esta graduação foi um grande desafio pessoal. Nunca pensei que uma formação fosse mexer tanto com meus sentidos, ideais e forma de ver a realidade e o processo histórico. A intensidade do curso e a possibilidade de formar profissionais de História em uma cidade que tanto teve suas experiências históricas apagadas ou condicionadas, é uma possibilidade que a apenas o ensino público e a Universidade Federal podem proporcionar.

Para tanto, agradeço a todos os docentes que estiveram presentes e construíram, junto a mim, minha formação. Agradecer em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva, que acompanhou nossa turma por toda a graduação e orientou nossos primeiros passos na pesquisa historiográfica. Ainda, por me receber tão bem como orientanda e estar sempre disponível para contribuir com o andamento da pesquisa e análise das fontes, sendo compreensível quanto aos imprevistos e oferecendo grande ajuda no processo de reflexão e produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço também de forma especial ao Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos, que ainda na graduação, introduziu textos e debates sobre Amazônia Contemporânea, além de propor bibliografias que ficaram marcadas em minha memória e hoje compõem e formam a estrutura desse trabalho. Menção especial e honrosa a Prof. Dra. Siméia de Nazaré Lopes, que esteve conosco desde o 1º semestre e que nos introduziu aos estudos históricos, nos acompanhou de forma incansável e acolhedora, principalmente nos estágios supervisionados.

Agradeço à minha mãe, Edna, pedagoga e professora há mais de vinte anos, que desde o resultado de aprovação vibrou comigo e me apoiou nos momentos mais difíceis dessa jornada. Agradecer aos meus avós, Francisco e Elza, que sempre acreditaram no meu potencial e me apoiaram em diversos momentos para chegar ao fim desta graduação. Agradecer à minha irmã mais nova, Isabeli, que me acalentou e me fez rir nos momentos difíceis. Aos meus amigos da cidade, aos amigos que fiz e que moram longe de mim, que também me ajudaram na produção da pesquisa de

formas que nem mesmo sabem, mas fizeram. Agradecer ao meu amor, que esteve comigo nos dias mais difíceis de produção da Trabalho de Conclusão de Curso, por sua paciência e vontade de me ver vencer.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Pará e a Faculdade de História, que me proporcionaram a possibilidade de fazer ciência na maior universidade do Norte do País.

## RESUMO

Este trabalho analisa o impacto da ocupação predatória da Amazônia por meio dos discursos jornalísticos sobre a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Proponho uma análise dos impactos dos projetos da ditadura militar de 1964 em Tucuruí e suas repercussões através da imprensa nacional e regional. Embora já existam estudos sobre os impactos socioambientais da obra, este trabalho foca nas narrativas da imprensa, que explicitam questões políticas, sociais e culturais, através das perspectivas exógenas e endógenas. A imprensa foi fundamental na construção da imagem do regime militar como moderno, poderoso e promotor de desenvolvimento onde o Estado estivesse presente e impositivo. A Amazônia passou a ser percebida pelo Estado brasileiro, ou mais precisamente, como alvo das ações governamentais quando foi reconhecido seu potencial econômico e energético, sendo vista como uma “coisa” capaz de gerar enormes lucros – no caso de Tucuruí, eletricidade – e que precisava ser “povoada” e “civilizada”. A ideia de um vazio demográfico e cultural incentivou a produção das representações de uma Amazônia que deveria alcançar o progresso e a integração ao Brasil.

**Palavras-Chave:** Tucuruí; Hidrelétrica; Imprensa; Amazônia.

## ABSTRACT

This work analyzes the impact of the predatory occupation of the Amazon through journalistic discourses on the construction of the Tucuruí hydroelectric plant. I propose an analysis of the impacts of the military dictatorship's projects from 1964 in Tucuruí and their repercussions through the national and regional press. Although there are already studies on the socio-environmental impacts of the work, this paper focuses on the narratives of the press, which make explicit political, social, and cultural issues, through exogenous and endogenous perspectives. The press was fundamental in constructing the image of the military regime as modern, powerful, and a promoter of development where the State was present and imposing. The Amazon began to be perceived by the Brazilian State, or more precisely, as a target of government actions when its economic and energy potential was recognized, being seen as a “thing” capable of generating enormous profits – in the case of Tucuruí, electricity – and that needed to be “settled” and “civilized.” The idea of a demographic and cultural void encouraged the production of representations of an Amazon that should achieve progress and integration into Brazil.

**Keywords:** Tucuruí; Hydroelectric; Press; Amazônia.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A HIDRELÉTRICA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL .....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>CONTRASTES DISCURSIVOS: ANÁLISE SOBRE A IMPOSIÇÃO DA NOVA ORDEM POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL ATRAVÉS DA IMPRENSA .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>A NOVA TUCURUÍ E A CIDADE VELHA: PANORAMAS LOCAIS .....</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
	Fontes Primárias: .....	34
	Discursos citados: .....	34
	Periódicos citados: .....	34
	Bibliografia:.....	35

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe descrever e compreender o impacto da ocupação predatória da Amazônia através dos discursos jornalísticos sobre a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Para além dos impactos causados pela UHT, busca-se analisar os aspectos da formação da identidade do povo tucuruieense e suas mudanças dentro da temporalidade estudada, através de uma construção do imaginário do período a partir dos periódicos, que apresentam fontes sobre o método de inserção do modelo de sociedade construído pela ditadura.

A Amazônia, objeto de diversas representações e discursos que definiram seu modelo de ocupação e exploração, a partir dos anos 1970-1980, conheceu o aparato do Estado, ao vê-lo consolidar um modelo de desenvolvimento que priorizava a exploração dos recursos naturais e a integração da região ao mercado nacional. A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, um dos maiores projetos da ditadura militar, exemplifica como a ideologia desenvolvimentista, associada à Doutrina de Segurança Nacional, foi utilizada para justificar a ocupação predatória da região e os impactos socioambientais decorrentes. Este trabalho tem o objetivo, para além da análise dos contrastes discursivos entre imprensa e governo, levar luz à estas questões pela lacuna existente na historiografia local sobre o tema. A ditadura militar e ações governamentais desse modelo de Estado moldaram, inclusive, aquilo que faz o ser *tucuruieense*.

Nesse sentido, proponho uma análise dos impactos dos projetos implementados pela ditadura militar de 1964 em Tucuruí e suas projeções. Apesar dos estudos diversos sobre os impactos socioambientais da obra, o trabalho volta-separa as narrativas construídas através da imprensa, composta por debates de cunho político, social e cultural. Para tal, partirei de dupla perspectiva, a “externa” ou “exógena” e o “interno”, ou o “endógeno”.<sup>1</sup>

Essa abordagem é essencial para descrever e analisar os significados atribuídos ao território por diferentes grupos, bem como compreender como esses significados foram moldados e de que maneira integram a identidade Amazônica.

---

<sup>1</sup> Referência à classificação usada por Magali Franco Bueno (2002, p. 2): "Existem dois principais níveis de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região".

As fontes periódicas então são entre os anos 1970-1980 e a pesquisa se baseou nesse recorte temporal. O *Correio Braziliense* (DF), primeiro jornal, foi escolhido por ser uma das referências jornalísticas da nova capital do Brasil e exportava tudo o que o Estado gostaria que a população soubesse. O *Jornal do Brasil*(RJ), foi escolhido por ser uma referência nacional, com mais de um século de existência nos anos 1970, sua capacidade de representar a opinião do sudeste do país e do próprio governo, pois foi a capital brasileira por séculos. Para as concepções locais, o *Diário do Pará* (PA), compreendendo os anos 1980 e apresentando a visão endógena desse processo de ocupação na Amazônia através dos grandes projetos.

O *Correio Braziliense* (DF), no mesmo dia em que Brasília era inaugurada, 21 de abril de 1960, o Correio Braziliense começava a circular, sendo então o primeiro jornal da nova capital do Brasil e possuía um caráter duramente político e de propaganda. Ao utilizar o mesmo nome da publicação de Hipólito José da Costa, Assis Chateaubriand, fundador dos Diários Associados, retomou o título e deu continuidade a trajetória do jornal.

O *Jornal do Brasil* (RJ), fundado em 1891, na cidade do Rio de Janeiro, por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, o Jornal do Brasil é um marco do jornalismo brasileiro, testemunhando quase um século e meio de história do país. Pela importância que tinha no cenário jornalístico e cultural, também representando uma importante cidade do Brasil no período, de onde as principais informações tinham vida.

Por fim, o *Diário do Pará* (PA), que foi projetado como um instrumento político de Laércio Wilson Barbalho, pai de Jader Barbalho, pelo propósito de projetar o filho na política paraense. Todavia, o jornal se autodeclarava contra o regime e pedia por eleições limpas em 1982.

Me ancoro em bibliografias como Bourdieu (2001), onde aborda as estruturas nos espaços de sociabilidade e nos espaços físicos, onde nossa sociedade convive com violências e regras simbólicas, ao qual reproduzimos tendências gerais a comportamentos de maneira inconsciente (p. 20). Esses simbolismos estão na cultura, nos modos de viver e na informação. Nessa perspectiva, a cidade é uma reprodução de comportamentos, visto que ela se modela a partir das ações humanas no meio ambiente, a partir de regras de dominação, que perpassam essencialmente pela dominação da memória. Essas estruturas podem ser percebidas na arquitetura, nas escolas, nos jornais, na alimentação, nas casas e espaços de socialização comum entre os agentes históricos.

Sandra Jatahy Pesavento (2004) nos apresenta a cidade como um enigma a ser desvendado pelo historiador, espaço onde há uma superposição de camadas de experiências de vida que incitam uma “arqueologia do olhar”, para encontrar aquilo que está oculto (p. 26).

Observamos então a cidade como um espaço constituído por camadas que se sobrepõem com o tempo, essa lógica trabalha apagamentos e silenciamentos de grupos no espaço da cidade, propondo a reflexão que há cidades invisíveis sob camadas de uma história dita oficial e que heroiciza indivíduos, o que enriquece o debate sobre a cidade como um espaço muito mais complexo do que se pode enxergar, cheia de rastros a serem desvendados.

Ainda, me ancoo nas produções de Henri Acselrad (2019) e Camila Miranda (2018), para destacar os aspectos regionais e referentes à memória técnica das barragens, buscando uma imersão ao tema.

Logo, a pesquisa de Miranda (2018) nos ajuda também a compreender a relevância historiográfica da imprensa.

Além de ser utilizada como fonte, a imprensa tem sido explorada também como objeto de pesquisa. A compreensão da trajetória e dos papéis político e social de certas empresas e meios de comunicação são de grande importância para melhor entender as disputas políticas e a formação cultural de dada sociedade (p.27)

A partir da elaboração dessa perspectiva, a pesquisa se guiou em uma divisão tripartite. Primeiramente, a identificação do contexto ao qual Tucuruí e o projeto estão inseridos, quais os elementos norteadores e quais fundamentos baseiam a pesquisa. No segundo tópico, trabalharei as fontes de periódicos coletadas, através de uma metodologia de pesquisa que buscava informações sobre a cidade e suas representações difundidas, mais do que sobre a obra em si. Utilizando o recorte temporal, entre anos 1970-1980, para compreender como ação governamental materializava seu discurso e como, a partir dos periódicos, a imprensa e os meios de comunicação relatavam os acontecimentos.

Por fim, a perspectiva local, através de uma análise dos aspectos sociais que permeiam e formam o nosso ser cidadão de um modelo de cidade projetado pela ditadura militar. As fontes jornalísticas nos permitem compreender outras facetas do processo histórico e, em coesão com as bibliografias e conhecimentos locais, este trabalho pode contribuir para o desvelar os aspectos ligados a construção da

identidade da população.

## **2 A HIDRELÉTRICA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

O golpe de 1964 foi um marco trágico na história do Brasil, moldando o imaginário nacional de maneira complexa e deixando profundas cicatrizes, e, em particular na Amazônia. Nesse caso em específico, a Amazônia paraense recebeu um dos maiores investimentos em obras que conhecemos, a usina hidrelétrica de Tucuruí foi erguida às margens do Rio Tocantins, numa cidade que já conhecia os efeitos da colonização desde o século XVIII, mas carregava uma cultura indígena e ribeirinha dos povos já aqui habitados e tinham o rio como recurso que determinava sua vivência nesse território.

O processo de ocupação “racional” da Amazônia não foi amplamente debatido, pois a construção do discurso sobre a Amazônia, desde os relatos de viajantes europeus nos primeiros séculos de colonização da América, seja o pensamento endógeno ou exógeno, ambos reproduzem os preconceitos com a região e a visão de uma terra mal aproveitada pelos nativos – através da perspectiva capitalista de produção e geração de lucro, e um “peso” para o estado brasileiro concentrado no Centro-Sul. Entre as várias representações, podemos citar Djalma Batista (2007), a preocupação com o “vazio amazônico”:

Apesar da aparente homogeneidade geográfica, caracterizada pela presença de rios caudalosos e de uma floresta sempre verde [...], toda essa terra imensa, além de ter pouca gente, possui diversidades étnica e cultural, embora a economia não divirja muito. Cada Amazônia tem, entretanto, as suas características próprias. [...] o espaço amazônico, apesar de grande, tem uma distribuição demográfica irregular, de que resulta, apesar de tudo, no final, um mínimo da presença do homem (BATISTA, 2007, p. 43).

A abordagem utilizada por Batista representa a visão de uma Amazônia que deveria vir a ser civilizada e colonizada por indivíduos externos, apesar de reconhecer a diversidade local. Essa visão implicava em uma ideia de progresso linear, onde a região deveria se desenvolver e alcançar os padrões das áreas mais “desenvolvidas” do país.

Embora alguns autores discutissem a importância de valorizar o homem da terra e permitir que a qualidade de vida ocorra de forma gradativa para aquele território, muitos ratificam o pensamento do desenvolvimento por imposição de

paternalismo do estado, mesmo por parte de autores locais.

Pierre Bourdieu (2001, p. 9) ao teorizar o poder simbólico e desenvolver sua primeira síntese, o autor destaca a complexidade da relação entre indivíduo e sociedade. As estruturas simbólicas são ferramentas de dominação e reprodução social, onde os indivíduos nela atuam e às transformam, não são meros passivos diante delas. Elas seriam então adaptadas de acordo com a mudança de interesses dos agentes envolvidos. Avança para sua segunda síntese que apresenta que conhecimento e comunicação são formas de dominação, a partir de sua adaptação aos interesses que querem ser alcançados, pois naturaliza violências. O discurso antecede a prática e busca legitimá-la, utilizando dos meios de comunicação, por exemplo, para viabilizar e estabelecer um discurso de forma global.

O autor aborda que a classe dominante possui formas distintas de impor sua ação, inclusive através da produção ideológica fundada como legítima. Nessa pesquisa, podemos compreender como a produção ideológica, política e econômica contribuiu para a ocupação predatória da Amazônia, no caso específico de Tucuruí. Para tal, devemos analisar a construção sobre a região na mentalidade brasileira. Camila Miranda (2018), em sua dissertação, atenta para a Amazônia e suas representações, a partir de uma análise das perspectivas endógenas e exógenas produzidas, que caracterizaram as representações sobre essa região no imaginário popular, partindo da análise de jornais do período.

A autora destaca que a Amazônia foi inventada. Quando destaco o termo “representações”, diz respeito a uma vasta produção histórica, social e intelectual sobre esse espaço. Desde as primeiras histórias descritas pelos viajantes, que para Mendes (2006) não passavam de “impressionismo amazônico” e de “generalizações apressadas”.

Para o autor:

O padrão de idealização da Amazônia, pelos seus descobridores, colonizadores e divulgadores mais exaltados não tem fugido aos habituais da etapa da revelação do Novo Mundo [...]. O que chama a atenção, no caso amazônico, é o caráter cíclico dessa idealização. Parece que a própria grandeza natural da região somente pode suscitar atitudes extremas, que oscilam entre o deslumbramento e a decepção mais profundos [...] (MENDES, 2006, p. 108).

Apesar das suas características marcantes que dispensam apresentação,

muito do que se consumiu sobre o território foi resultado de perspectivas exógenas ao ambiente, criando narrativas até mesmo fantasiosas sobre a terra, além dos preconceitos seculares sobre nativos e posseiros, e sobre uma terra que não gerava o lucro necessário, se tornando um peso para a lógica capitalista de operar (Miranda, 2018, p. 36).

Nesse sentido, a ideia de uma Amazônia está ligada diretamente à experiência daquele que o anuncia, o que não a define essencialmente. Para tanto, ao retornar ao conceito de poder simbólico de Bourdieu, deve-se compreender e analisar a operacionalização do processo de imposição de ideologia e viabilizar sua ação, tornando-a como verdade quase indiscutível. O projeto de dominação da Amazônia se baseou em termos como “desenvolvimentismo” e “urbanização”. A ação governamental teve força a partir do golpe de 1964. O professor César Augusto Bubolz Queirós (2022), em seu artigo que trata sobre a ocupação da Amazônia, destaca que esse processo de “integração” se baseou nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A região passa a ser vista na perspectiva geopolítica, ao considerar a bipolaridade presente no mundo naquele período, no qual Ocidente e Oriente tratavam disputas árduas no campo político. Nesse sentido, a ameaça à segurança nacional e o medo de uma “internacionalização da Amazônia” buscavam então justificar essa ocupação predatória, pois visava efetivar o domínio sobre o espaço (p. 4).

Ao trabalhar o conceito de desenvolvimentismo, Miranda (2018) ainda reflete sobre a modernização autoritária e conservadora que se estabelece na ditadura brasileira, através da pesquisa de Rodrigo P. Sá Motta (2014), que explica que o conceito de “modernização” empregado na Era Vargas se difere do modelo militar de governo, visto que no “modelo” militar, envolve o autoritarismo através da repressão como prática. Nesse sentido, essa modernização autoritária-conservadora não se restringe à esfera econômica, mas se difunde por diversas esferas, de forma elementar, da vida social, como a cultura, a política, a educação e a segurança. O desenvolvimentismo ou a ideia deste, nesse sentido, se constitui como um dos instrumentos dessa modernização.

A forma do autoritarismo e da consolidação deste, como citado anteriormente, atuou em várias frentes. Após o golpe militar, o projeto de ocupação predatória da Amazônia foi sustentado através da intervenção local, a partir das grandes obras e da construção das estradas, para que “finalmente”, a região fosse conectada ao restante

do país, principalmente aos centros. A cidade de Tucuruí, voltada para o rio, seria o local “perfeito” para construção da maior usina hidrelétrica totalmente brasileira naquele período devido sua geografia, por conta da queda de cachoeiras como a de Itaboca. As concepções do projeto se sustentaram nos ideais discutidos anteriormente e através do conhecimento técnico que foi produzido para subsidiar as ações governamentais e justificá-las como necessárias, a qualquer custo, pelo progresso do país.

O autor Henri Acselrad (2019), busca compreender como esses projetos, especialmente as grandes barragens, transformam não apenas a paisagem física, mas também as dinâmicas sociais e econômicas de uma região. O autor utiliza a Usina Hidrelétrica de Tucuruí como um exemplo concreto para ilustrar seus argumentos. Ao analisar as "memórias técnicas" desse projeto, ele busca compreender como as transformações ocorridas na região foram representadas e justificadas. O autor traz o termo “comunidades epistêmicas” para identificar os sujeitos responsáveis por pensar projetos como os de Tucuruí. Os documentos produzidos por essas comunidades, conhecidos como "memórias técnicas", são analisados como ferramentas de legitimação das transformações ocorridas. Essas memórias buscam justificar os impactos socioambientais dos projetos e apresentar uma visão positiva de seus benefícios (p. 390).

A pesquisa de Acselrad é muito rica no que diz respeito ao uso da memória técnica e do tempo “técnico” como aquele justifica as práticas e deslegitima outros conhecimentos, como experiências e ideais. O texto destaca que as memórias técnicas não são meros registros neutros de fatos, mas sim construções sociais que refletem os interesses e as visões de mundo dos grupos que as produzem. As memórias técnicas se inserem em um contexto mais amplo de imaginários sociotécnicos, ou seja, de visões sobre como a sociedade deve se organizar e quais tecnologias são adequadas para alcançar determinados objetivos enquanto sociedade. Esses imaginários justificam a construção de grandes obras, por exemplo, e orientam as decisões políticas e econômicas, que decidem a vida de um número indefinido de pessoas pois seus efeitos ultrapassam as décadas e fazem parte do processo histórico. Irei trabalhar outros pontos e o aprofundamento da pesquisa nos próximos tópicos.

O ponto focal dos governos brasileiros em relação a Amazônia sempre foi mapear suas potencialidades e riquezas, pois nelas se delimitavam sua atuação e

“uso” para o Brasil republicano e posteriormente militar. O discurso oficial para o desenvolvimento da Amazônia, marcado por um forte viés desenvolvimentista, propunha a integração da região ao mercado nacional através da industrialização e da intensificação da exploração de seus “recursos naturais”. Essa visão, que contrastava com as práticas extrativistas tradicionais, baseadas em um conhecimento local dos ecossistemas, priorizava a maximização dos lucros em curto prazo, sem considerar os impactos socioambientais a longo prazo.

O Estado brasileiro impulsionou um novo modelo capitalista na Amazônia. Nas décadas de 1960-1970, esse modelo se intensificou, com foco em duas áreas: a construção de rodovias, como a Transamazônica em 1972, e outras vias para facilitar a agricultura e a ocupação da região, e o desenvolvimento de indústrias, especialmente de mineração e energia elétrica (Orellana; Congilio, 2019). Esse período da História do Brasil esteve marcado pelas reformulações e definição do modelo desenvolvimentista a ser seguido, o nacionalismo presente nas ideias de desenvolvimento da Era Vargas não se aplica em completude no contexto do governo de exceção, pois o modelo econômico agora seria, também, voltado para o mercado internacional:

[...] a segurança da nação repousa no capital, independentemente de sua origem geográfica (...). Isso ficou patente a partir de 1964, quando o governo Castello Branco abriu todas as portas do país ao capital estrangeiro para pesquisa e exploração dos recursos naturais: a mística nacionalista se desvanecia, o realismo impunha-se – e com ele, o pragmatismo (HEBETTE, 2004, p. 32).

A defesa do capital, no contexto da guerra fria, justificou ações estatais ao redor do mundo como um todo. Nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro implementou um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, através da abertura de capital, dos investimentos externos e da reformulação de burocracias que viabilizassem a operação do projeto. Orellana e Congilio, (2019) apontam que para integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional, o governo implementou uma série de medidas que modernizaram a administração pública na região. Isso permitiu avançar na ideia de integração nacional, com o Estado fornecendo a estrutura burocrática necessária para tal (p. 06).

O discurso “integrar para não entregar” estava ligado e representa bem o contexto de embate ideológico no qual, de maneira elementar a dizer, a ditadura

brasileira operava. A guerrilha do Araguaia (1967-1974), confronto armado, intensificou a presença da ditadura em toda região próxima à Marabá. Corrêa (2013), em sua tese de doutorado sobre a memória dos guerrilheiros, as ações entre dezembro de 1971 e março de 1972 estariam então inseridas em um contexto marcado pela intensificação da repressão política e pelo cerco às organizações da luta armada, entre Pará, Maranhão e Tocantins, A transamazônica foi projetada e construída nesse período. (p. 394)

Tucuruí foi uma das primeiras cidades a receber a incursão de uma infantaria de selva, que a partir de 1974 viria a se tornar uma área de segurança nacional não só por sua geografia e projeção econômica, mas vinha marcar uma posição do regime nas áreas passíveis de subversão (Corrêa, 2013).

A busca por um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia exigiu uma profunda transformação do Estado. Os “recursos naturais” da região, como a madeira, os minérios e a água, passaram a ser vistos como mercadorias a serem exploradas e comercializadas a partir de um ideal de capital transnacional, pois se privilegia a utilização do meio ambiente para geração de mercadorias e a posterior comercialização destes. Para atender a essa nova demanda, o Estado modernizou sua estrutura administrativa e implementou políticas que incentivaram a ocupação e a exploração da região, muitas vezes em detrimento da conservação ambiental e dos direitos dos povos indígenas, o que retomo como a “modernização autoritária-conservadora” (Sá, 2014 *apud* Miranda, 2018).

### **3 CONTRASTES DISCURSIVOS: ANÁLISE SOBRE A IMPOSIÇÃO DA NOVA ORDEM POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL ATRAVÉS DA IMPRENSA**

Ao trabalhar contrastes discursivos sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, espero poder contribuir para a compreensão do processo histórico qual a cidade e o projeto estão incluídos. Reconheço ainda que como sujeito histórico, estamos inseridos nessas práticas que assim moldaram nossa vida e se distanciar é mais complexo do que imaginamos. Tomo aqui a posição de pesquisadora e historiadora, que deve buscar recontar o imaginário do recorte histórico escolhido da forma mais verossímil possível. Esse imaginário e esse “passado”, está desenhado no cotidiano do presente e futuro do município.

No presente tópico, busco demonstrar as contradições ao discurso oficial, às proximidades e propagadas ao regime num contexto macro, além de analisar as

opiniões endógenas, que circulavam localmente sobre a usina de Tucuruí e sobre a cidade como espaço de transformação.

No artigo de Carlos Henrique Ferreira Leite (2015) sobre periódicos e historiografia, a imprensa, de forma elementar a dizer, não se limita apenas a informar, mas a construir a realidade social. Através da articulação e disseminação de ideias, valores e modos de pensar, ela influencia profundamente a maneira como as pessoas percebem o mundo e agem em sociedade, tornando-se um objeto de estudo fundamental para os historiadores (p. 5)

Para Leite (2015);

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos (p. 8).

Os jornais e periódicos não são apenas fragmentos de memórias, eles são capazes de influenciar e moldar narrativas. A partir do uso e análise historiográfica da fonte, pode-se reconstruir imaginários do recorte pesquisado e contribuir para a produção científica no campo das humanidades.

Foram selecionados os três jornais para pesquisa por motivos específicos. Por exercerem papéis semelhantes, mas também de contrastes. A imprensa desempenhou um papel crucial na construção e consolidação da imagem do regime militar como moderno, poderoso e promissor de desenvolvimento. Através da censura e do controle rigoroso sobre a informação, o Estado ditatorial moldou a opinião pública, determinando quais ideias e valores poderiam ser difundidos para a população. Causando então, uma adesão, mesmo que silenciosa, aos ideais do regime e ao poder de investimento dos anos subsequentes. Se adaptaram às regras impostas pelo regime e garantiram sua circulação (Miranda, 2018, p. 80).

Nesse contexto, o projeto desenvolvimentista do regime militar para Amazônia também marcou muitas manchetes nos periódicos, os anos de 1970 a 1980, marcam a inserção das diversas opiniões que se espalhavam pelo imaginário da região e de fora dela.

O *Correio Braziliense* é considerado o primeiro jornal brasileiro e foi fundado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado em 1808. Devido à censura imposta por Portugal no Brasil, o jornal era produzido em Londres e chegava ao país de forma clandestina, por meio de navios nos portos da nova capital do reino. Na época, o jornal

tinha um formato semelhante ao de um livro, com cerca de 140 páginas. Hipólito da Costa usava o veículo para defender ideias liberais, sendo o único responsável, ao que se sabe, pela produção das matérias e abordava vários temas, incluindo opiniões e reflexões sobre a corte portuguesa. Após a independência do Brasil, o jornalista encerrou a publicação do jornal. (Lopes; Sodré, 2007, 1999).

Na edição de 16 de julho de 1972, o *Correio Braziliense* reproduz uma notícia “Na transamazônica surge um homem diferente” (CB, 16/07/72, p. 18). Trata sobre “o primeiro” contato dos homens com as máquinas adentrando as florestas, a partir de uma base da FUNAI instalada em Tucuruí, a abertura das rodovias era descrita como uma ação de resistência daquele que chega, como uma luta árdua contra a floresta:

A luta do homem com suas máquinas contra a floresta intensa. A conservação da estrada exigirá mais trabalho que a abertura da rodovia. A natureza tenta, dia a dia, resistir a investida dos homens (CB, 16/07/72, p. 18).

Nesse sentido, ao usar os termos “a natureza tenta, dia a dia, resistir a investida dos homens”, demonstra uma natureza de difícil acesso, que deve aceitar o uso de seu espaço para um bem maior, nesse caso, as rodovias. Na edição do dia 8 de agosto de 1972 do CB, sob o título “PIN favorece a Amazônia”, cita Tucuruí e diversidades paraenses como palco dos próximos grandes projetos (p. 2). O Plano de Integração Nacional<sup>2</sup>, criado em 1970, a partir do decreto-lei nº 1.106, tinha como principais objetivos:

- 1 Colonizar e reformar a agricultura na Amazônia
- 2 Promover o desenvolvimento econômico no Norte e Nordeste
- 3 Unificar o país com dimensões continentais. (Plano de Integração Nacional, BRASIL, 1970)

O título e a manchete ratificam o caráter paternalista do estado sobre os projetos, além de demonstrar a forma como esses projetos e financiamentos eram distribuídos. O discurso otimista e desenvolvimentista presente na cobertura jornalística da Transamazônica e de outros projetos de integração nacional na Amazônia, como o demonstrado pelo *Correio Braziliense*, essa narrativa, que celebra a "conquista" da natureza em nome do desenvolvimento, desconsidera em sua amplitude os aspectos locais, vistos ainda como empecilhos ao progresso e ao desenvolvimento idealizado.

Na edição de 30 de julho de 1979, cerca de cinco anos antes da inauguração de Usina de Tucuruí, a cidade ganha manchete na segunda página do *Correio Braziliense*. A colunista Nadja Barreto comenta sobre a visita do Presidente João

Figueiredo às obras da usina. A visita de Figueiredo, para indignação local, não foi, no entanto, à cidade, mas sim ao canteiro de obras. Segundo a colunista, todos diziam que “no canteiro de obras, na construção da usina, não havia problemas tão graves como os que enfrentam a cidade” (CB, 30/07/1979, p. 2). Tucuuruí nesse contexto é descrita como uma cidade que acabara de se deparar com um novo modelo econômico, recém-saída da pequena economia extrativista e pelo pequeno mercado gerado pela Estrada de Ferro Tocantins, via agora o advento das estradas e do fluxo migratório, numa cidade que não possuía infraestrutura e nem recursos para tal mudança sem apoios governamentais devidos.

A partir da fonte, podemos destacar as seguintes questões: como apresentado pelo prefeito ao presidente, a cidade não possuía a infraestrutura básica necessária para atender à demanda gerada pela construção da usina, como escolas, hospitais e moradias; havia uma grande disparidade entre as condições de vida da população local e dos trabalhadores da construção civil; a cidade sofria com inundações durante o período chuvoso, afetando a qualidade de vida da população; o município não dispunha de recursos financeiros suficientes para solucionar os problemas da cidade, como a construção de casas e a melhoria da infraestrutura em saúde e educação.

A visita do presidente João Figueiredo a Tucuuruí foi uma oportunidade perdida para o governo demonstrar sua preocupação com as necessidades da população local. A insatisfação da população com a visita presidencial revela as profundas desigualdades sociais e as deficiências do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, que, nesse contexto, não buscava envolver a cidade como um todo, apenas recortes espaciais do local (CB, 30/07/1979, p. 2).

Nos anos 1980, em edição de 22 de novembro de 1984, data da inauguração da usina, manchete de título; “Depois de Tucuuruí, o Norte não vai mais ser o mesmo” (CB, 22/11/1984, p. 9), seguido de uma imagem em preto e branco da grande Tucuuruí. Conta que, às 11:00min, em um ato histórico e simbólico, o presidente Figueiredo acionou a chave que viria a ligar primeira máquina da usina de Tucuuruí. Esse momento é descrito como um marco e o ápice de uma jornada árdua e desafiadora, representando a concretização de um sonho e a culminação de anos de trabalho incansável para os operários, técnicos e engenheiros envolvidos na obra, e para suas famílias, sendo um momento de profunda emoção e orgulho, a recompensa por uma luta que finalmente teria vencido. (p. 9)



Outros a criticaram pelos impactos causados ao meio ambiente. Como se fosse possível construir uma barragem, sem infligir danos à natureza. Em verdade, não há obra no mundo que não perturbe, de alguma forma, a obra de Deus (CB, 22/11/84, p. 9).

O excerto retirado do jornal pode ser interpretado como parte central do desenvolvimento apresentado na obra, possível agora que as lendas foram desmistificadas, e continuarão a sê-lo daqui em diante. Ao mencionar que, mesmo enfrentando chuvas ou doenças, conseguiram concretizar o grande feito da obra, o trecho destaca a veracidade e o impacto das condições adversas do clima tropical, evidenciando a complexidade dessas dificuldades na experiência cotidiana. Ademais, o uso do “nós” reforça um sentimento de pertencimento e coletividade, englobando aqueles que trabalharam e continuarão a trabalhar na realização dessa obra.

Ao falar brevemente sobre os impactos ambientais, trata como algo inerente ao progresso, mas que com isso estaria tudo bem pois finaliza com “não há obra no mundo que não perturbe, de alguma forma, a obra de Deus.” A frase busca se justificar e explicar por si quando puxa das mangas o discurso cristão para legitimar a posição.

Identifica-se no excerto a percepção de uma terra que jamais seria a mesma, era pela anunciação de um momento não totalmente satisfatório, mas que viria a ser próspero, moderno e rico a partir dali. A Tucuruí que se desenhava, apesar dos problemas gravíssimos, representava um corte com a terra anterior;

Tucuruí é um marco, um divisor de águas, separando o Norte de antes, das lendas e do tempo passado, do Norte do progresso forte e firme (CB, 22/11/84, p. 9).

Aqui, o “inferno verde” ou a região de “rios caudalosos” são vistas como o passado, visto que agora o governo está presente e preocupado com o futuro, através da geração de energia que só Tucuruí poderia oportunizar. A ditadura, nesse contexto, teria dado um grande passo rumo à dominação da Amazônia como área de segurança nacional.

O *Jornal do Brasil (RJ)*, desempenhou um papel crucial na aceitação do regime militar, considerando as relações de força que se estabeleceram durante os anos de regime. Paradoxalmente, o *Jornal do Brasil*, que havia demonstrado simpatia pelas Reformas de Base do Governo de João Goulart, acabou se tornando um dos maiores defensores do golpe militar. O jornal, mesmo sofrendo censura, apoiou a ditadura (Carvalho, 2010).

Ao final do governo Geisel, o *Jornal do Brasil (RJ)* avaliou positivamente sua

gestão, destacando que o país estava em direção ao restabelecimento do Estado de direito e à reconstrução democrática, por conta das políticas de abertura política. Com a posse de Figueiredo, em 1979, o jornal viu o momento como crucial para a continuidade dessa abertura política. Elogiou o compromisso de Figueiredo de devolver ao país uma sociedade livre e democrática, mas apontou a grande distância entre o regime e a nação, propondo medidas para fortalecer a independência entre os poderes e garantir a segurança das instituições. O *Jornal do Brasil*, nos anos 70, havia passado por uma reestruturação iniciada nos anos de 1959, o que o tornou o maior jornal em circulação (Ferreira; Montalvão; [201-?]).

A coerção e a violência, embora marcas inerentes à ditadura militar brasileira, não foram os únicos pilares de seu poder. A construção de uma fachada de legalidade, na qual a mídia desempenhou um papel de destaque, foi estratégica para a longevidade do regime e sua inserção na sociedade, a partir de diversas construções de simbolismos. A imprensa, ao moldar a opinião pública e, e mesmo ao noticiar casos de violência e repressões, tal como o descaso com as vidas amazônicas no processo de ocupação desse território, ratificam ainda sua necessidade em nome do progresso. Essa dinâmica revela que, mesmo em contextos autoritários, a busca por legitimidade é essencial para a consolidação do poder, e a relação entre dominantes e dominados é mais complexa do que um simples confronto entre forças (Miranda, 2019, p. 75).

Em edição do *Jornal do Brasil*, de 1974, ano que marca o início das obras da usina, é recorrente manchetes sobre as enchentes sofridas por toda região do Tocantins e até Belém. Ainda assim, em seções restritas e com poucas informações. Com o avançar da obra e a modificação constante dos espaços da cidade, já em 1977, vemos com maior destaque, como o título “Cidade aonde Geisel vai dia 17 é alagada pelas águas do rio Tocantins”, em edição de 09 de fevereiro de 1977, página 14. Já no dia 17, edição do dia, em outra seção já com o título “Tucuruí alagada espera o Presidente Geisel hoje para visitar hidrelétrica” (p. 13).

Em ambas as edições do *JB*, podemos verificar a ambiguidade das notícias. Elas, além de buscar informar sobre a presença de Ernesto Geisel, então presidente do regime militar brasileiro, estaria presente para fiscalização da obra e conseqüentemente, presente na Amazônia, também evidenciam o momento em que a cidade se encontrava. A primeira coluna, evidencia que várias ruas da cidade estão tomadas pelo rio, que havia 200 famílias desabrigadas, que o tráfego foi afetado e que havia uma preocupação com o desemprego, pois com a paralisação das obras, muitos

operários foram dispensados (*JB*, 09/02/77, p. 14).

Respectivamente, na segunda edição citada, a coluna descreve que os bairros Santos, Santana e Matinha estavam alagados. Nesse momento, subiu o número de desabrigados para 2.729 pessoas e que seria um momento para que o presidente presenciasse a situação que a população amazônica estava inserida. Todavia, a coluna termina com a frase: “por algumas horas, entretanto, a cidade esquecerá seus problemas, para receber o Presidente em visita às obras da barragem.” (*JB*, 17/02/77, p. 13)

A partir dos dois excertos, podemos refletir alguns pontos que contribuem para o avançar desta pesquisa. A construção de Tucuruí, como cidade que se tem hoje, foi socialmente definida e se estabelece e ou se justifica como um ente federado que é, a partir da inauguração da usina. A identidade do município cresceu e se experimentou, enquanto unidade, a partir da obra. É como se a cidade fosse conectada pela obra e apenas por ela, ao país. Quando retomamos os debates sobre a legitimação do modelo desenvolvimentista na Amazônia, as fontes dos jornais, apesar de não representarem uma verdade absoluta no que diz respeito ao acontecer dos fatos, elas nos permitem ter acesso a uma gama de detalhes e possibilita a reconstrução de imaginários.

É possível identificar que apesar dos jornalistas não ratificarem mais a visão da Amazônia como o lugar do belo e do extraordinário, ratificam então a perspectiva de um ambiente que necessita da intervenção do Estado e de quase impossível sobrevivência. Podemos analisar isso através da pesquisa de Jessica Solórzano Orellana e Celia Regina Congilio (2018), onde as autoras evidenciam que a partir dos anos 70, se estabeleceu um novo modelo de progresso para Amazônia, que como citado anteriormente, tinha como objetivo a viabilização de rodovias e utilização da natureza para produção em grande escala, seja de minério ou através da hidroeletricidade (p. 5).

Nesse contexto, a Amazônia e conseqüentemente, Tucuruí, foi inserida na economia nacional. Nesse sentido, os “recursos naturais” foram percebidos como mercadoria a serem exploradas, onde Tucuruí se tornou um canteiro de matérias primas, nesse caso, de energia elétrica. Essa “racionalização da economia”, como citam as autoras, trouxeram uma nova forma de ver e experienciar a Amazônia (p. 7). O modelo de desenvolvimento não estava anunciando sua chegada, mas já estava atuante e seus impactos já podiam ser vistos na materialidade.

Em edição do ano seguinte, de 25 de janeiro de 1978, página 16, o *JB* reporta novamente a situação das enchentes. Período próximo a publicação do ano anterior, o que denuncia a ocorrência das cheias como algo recorrente na vida da população. Em edição do dia 03 de março de 1978, página 10, agora com uma fotografia do comércio de Tucuruí alagado. Sob o título “Tocantins alaga metade da cidade de Tucuruí e deixa 3 mil desabrigados”. Na reportagem, é evidenciado que a população de Tucuruí no ano citado é de aproximadamente 20 mil habitantes. Ainda, são informados “seis casos de febre tifoide, 17 casos de pneumonia e 20 casos de gastroenterite” (p. 10).

O relato sobre o alagamento de metade da cidade de Tucuruí e os 3 mil desabrigados revela o impacto social e humano das enchentes. A cidade de aproximadamente 20 mil habitantes, com cerca de 15% de sua população afetada, ilustra o tamanho do desastre, mas também a precariedade das condições de habitação e os limites da infraestrutura urbana. Além disso, a divulgação dos casos de febre tifoide, pneumonia e gastroenterite entre os afetados aponta para as consequências sanitárias de situações como essa, exacerbadas pela falta de serviços básicos de saúde e saneamento, comuns em muitas regiões do Brasil naquela época.

Por outro lado, a forma como o Jornal do Brasil cobriu essas tragédias também nos leva a refletir sobre o papel da mídia em documentar a realidade das populações marginalizadas. A reportagem trouxe à tona não só os números e os dados, mas também as condições de vida adversas enfrentadas pela população, alertando para os riscos à saúde pública.

Em um tópico intitulado como “prejuízos”, podemos destacar:

O Vice-Prefeito Fernando Moraes, que também é médico e dono da principal clínica de Tucuruí, disse que apesar dos casos de febre tifoide, pneumonia e gastroenterite, a situação está sob controle. Além da vacinação a Secretaria de Saúde mandou ontem, para Tucuruí, 68 volumes com medicamentos diversos e 5 mil frascos de hipoclorito, para utilização na água potável.

[...] A cidade, que já enfrentava sérios problemas com o rápido crescimento decorrente da construção da hidrelétrica, que atraiu milhares de trabalhadores e aventureiros de vários pontos do país (em menos de cinco anos sua população cresceu de 5 mil para 20 mil habitantes), agora está um verdadeiro caos com os desabrigados buscando espaço na parte seca (*JB*, 25/01/78, p. 16).

Os contrastes, nesse caso, se evidenciam pelo tratamento dado a informação. Tal excerto deixa claro os problemas sociais e ambientais que a população e a cidade viviam no avançar da década de 70 para 80. Ainda assim, podemos analisar a fonte e

identificar pontos de atenção sobre o cotidiano da população nesse período. A cidade está enfrentando um surto de doenças como febre tifoide, pneumonia e gastroenterite. Essas doenças, especialmente a febre tifoide, estão frequentemente associadas a condições sanitárias precárias e falta de acesso a água potável. Nesse contexto, o projeto da UHT, apesar das diversas campanhas e editais para contratação, além de todo fluxo migratório pelo qual a cidade passou, nada foi projetado para dar condições mínimas de vida aos recém-chegados.

O crescimento de Tucuruí aliado a não-atenção do Estado brasileiro ao espaço da cidade evidenciou as desigualdades sociais. Barata (2019) aponta que o crescimento populacional de Tucuruí no período de construção da Usina Hidrelétrica se estabeleceu de maneira desordenada, o apoio do Estado era precário nas regiões do entorno dos canteiros de grandes projetos nacionais. O Estado estava obra, não na cidade. Além disso, o rápido crescimento econômico pode ter gerado desigualdades sociais, com algumas comunidades tendo mais acesso a serviços básicos do que outras, como saúde e educação.

1º caderno de 08 de janeiro de 1984, cerca de dez meses antes da inauguração da usina, o *JB* publica, agora em manchete “Tucuruí se constrói no contraste do luxo e do lixo: a nova Tucuruí está sendo construída dentro de moderna concepção urbanística”. Produzida por Egídio Serpa, a manchete retrata e define o “luxo” como a nova cidade que foi projetada e financiada pela Eletronorte, através da empresa Camargo Corrêa. Destaco:

Ninguém viria para cá se não houvesse um conforto para suas famílias — explica o engenheiro-residente de Tucuruí, Humberto Gama, 37 anos, mineiro de Uberaba, especialista em barragens. Esse conforto existe, hoje em todas as 6 mil 221 residências — de excelente alvenaria ou de boa madeira — da nova Tucuruí, levantada sobre uma elevação na margem esquerda do Tocantins, a jusante da barragem. Para começar, não há fossas sanitárias, mas um perfeito sistema de esgoto sanitário, com duas estações de tratamento. Nesse conjunto, dividido em três setores distintos — Vila Permanente, Vila Temporária e Vila Pioneira — moram hoje 43 mil 285 pessoas, das quais 20 mil 092 são menores de 18 anos (*JB*, 08/01/84, p. 17).

Na coluna ao lado, a descrição do “lixo” em contraste ao que antes foi apresentado:

Dez quilômetros a jusante da vila do luxo, a velha Tucuruí, de novo, só tem o Prefeito, o paranaense Cláudio Fulman, 33 anos, pecuarista e hoteleiro (tem hotéis em Brasília e administra os da Nova Tucuruí). Ligado ao Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, pensa em tirar proveito dessa amizade: está obtendo o credenciamento do hospital da Eletronorte junto ao INAMPS para que a pobre população do seu município, calculada em 50 mil habitantes (20 mil na sede) Fulman está otimista com o futuro de sua cidade: acha que a hidrelétrica poderá mudar inteiramente a paisagem e face da velha Tucuruí.

Amigo dos dirigentes da Eletronorte — ao contrário do seu antecessor, que brigou com eles — tem recebido muitos favores — engenheiros, máquinas e operários da barragem estão sempre melhorando as condições da cidade, ora pavimentando ruas, ora construindo pequenos bueiros. E tem de ser assim, porque tudo falta. O setor educacional tem apenas nove escolas de primeiro grau e nenhuma do segundo; não há hospital. Nas ruas estreitas que dão acesso ao centro da cidade, a pobreza absoluta está à vista: mulheres maltrapilhas coçam a cabeça de crianças, catando piolhos, ou alimentam os filhos seminus (JB, 08/01/84, p. 17).

A primeira manchete descreve as vilas que foram construídas de forma gradual através do regime militar. A Vila Permanente, com início das obras em 1976, foi projetada para ser uma espécie de cidade satélite à usina, como uma cidade-empresa, como descrito por Nathalia Oliveira (2020, p. 3), dependente e gerenciada pela Eletronorte. Situada em um local elevado, oferecia uma vista panorâmica deslumbrante da obra e do lago que foi formado pela barragem. Havia segurança e o controle do acesso, se tornou uma área de segurança nacional, principalmente devido à proximidade da Vila Permanente com a usina. Certas áreas residenciais, há ruas muito próximas às vias de acesso à obra, por muitos anos, a única forma de entrada da cidade e vila, era unicamente pelo túnel da usina.

As vilas temporárias, por sua vez, eram como acomodações provisórias, foram projetadas para atender à demanda flutuante de trabalhadores da década de obra. Eram mais simples e de madeira, com o objetivo de serem desfeitas a qualquer momento. Eram, essencialmente, conjuntos habitacionais com infraestrutura básica, abrigando uma população de até a 25 mil pessoas em soma do número de moradores das Vilas Temporárias I e II. (Oliveira, 2020, p. 11).

A outra parte da reportagem, já inicia de forma problemática, tal qual o título da manchete, ao citar que a cidade contraste à cidade-empresa, onde de “novo” só tem o prefeito. Amigo dos militares e gerente de hotéis em Brasília, o então prefeito de Tucuruí, eleito após Pedro Paulo Miléo, que apresentava os problemas da cidade, fazia de suas articulações e afinidades para prometer um futuro próspero ao município. A contraposição entre o novo e o moderno, a figura do prefeito, paranaense, empresário do ramo de hotéis e pecuarista, aparece como essa referência do que, ligado ao regime, poderia atuar de forma exitosa na cidade. Além disso, podemos verificar um excerto interessante que indica a herança colonial, pois faz questão de ressaltar a origem do prefeito. Dos vários adjetivos que poderiam ser utilizados, o escolhido busca trazer legitimidade; o ‘paranaense’, com ‘negócios em Brasília’, portanto, é legítimo que colonize e represente o caráter empresarial da

ditadura.

É evidenciado uma esperança que se atrela ao início da operação comercial da barragem, a construção da hidrelétrica estaria então acompanhada de investimentos em infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas e construção de canais de drenagem, visando suprir as necessidades básicas da cidade, como no modelo das Vilas. Em consonância, o precário acesso à saúde. É notável, ao ler a informação de que o hospital da Vila, hoje hospital Regional de Tucuruí, possuía 192 leitos entre adultos e pediátrico. Em contrapartida, o projeto não possuía o incentivo de democratizar, por assim dizer, o acesso à saúde ou oportunizar investimentos para que a cidade acompanhasse o desenvolvimento e o progresso que os discursos do regime militar ecoavam.

A fala do engenheiro Humberto Gama, que defende a moradia através do conforto: “a Eletronorte considerava que, mais do que uma infraestrutura básica, era importante oferecer lugares agradáveis para se viver, a fim de convencer o pessoal (em particular os engenheiros e os executivos) a ir trabalhar nessa área remota (Oliveira, 2020).

Figura 2 – Reportagem

16 □ 1º caderno □ domingo, 8/1/84

NACIONAL

JORNAL DO BRASIL

## Tucuruí se constrói no contraste do luxo e do lixo

Tucuruí-PA — Egídio Serpa

Tucuruí — A gigantesca barragem que se constrói aqui para gerar, a partir do próximo Natal, a energia capaz de pôr em funcionamento os formidáveis projetos do programa Grande Carajás, já produz um gritante contraste: a luxo da nova e o lixo da velha cidade de Tucuruí.

Na primeira, planejada segundo as mais avançadas concepções urbanísticas e controlada com um pouco dos US\$ 4 bilhões 600 milhões obtidos para a hidrelétrica, tudo sobra — até casas para mostrar na segunda — um amontoado de 16 mil imóveis de madeira e alvenaria separados pelas ruas estreitas e sujas — tudo falta, até o que fazer.

**O Luxo**

A Eletronorte não fez por menos: a partir do momento em que decidiu construir aqui a primeira grande barragem da Amazônia, cuidou de instalar uma verdadeira cidade para abrigar a grande população de técnicos e operários, convocada de todas as partes do país para o que os próprios dirigentes da empresa consideravam “uma desafiadora aventura”.

— Ninguém vira para cá se não houvesse um conforto para suas famílias — explica o engenheiro-residente de Tucuruí, Humberto Gama, 37 anos, morador de Uberaba, especialista em barragens.

Essa conforto existe, hoje em todas as 6 mil 221 residências — de excelente alvenaria ou de boa madeira — da nova Tucuruí, levantada sobre uma elevação na margem esquerda do Tocantins, a jusante da barragem. Para começar, não há favelas sanitárias, mas um perfeito sistema de esgoto sanitário, com duas estações de tratamento. Nesse conjunto, dividido em três setores distintos — Vila Permanente, Vila Temporária e Vila Pioneira — moram hoje 43 mil 285 pessoas, das quais 20 mil 092 são menores de 18 anos.

ca perfeita, ótima sinalização de trânsito e nomes de países e de gente. A noite, tudo e muito bem iluminado. Há polícia própria da Eletronorte, mas está bem pouco trabalho, porque a população, acostumada a disciplina da obra, é ordeira. Algumas pessoas, sempre por embuagens e desordem, não encham a delegacia.

Mas o que impressiona mesmo na nova Tucuruí são os setores de saúde e educação. O hospital da Vila Permanente — ainda sem nome — é uma unidade como poucas. Modernamente construído e instalado, tem 192 leitos (132 para adultos, 28 para a Pediatria e 32 berços), 26 consultórios, quatro centros cirúrgicos, três salas de parto, um centro radiológico, um laboratório de análises clínicas e três ambulâncias. Tem ainda, 469 funcionários, dos quais 32 são médicos.

— Hoje, esse hospital atende não só à população da Vila e da cidade de Tucuruí, mas a das localidades e cidades da região, informa o engenheiro Humberto Gama.

No setor educacional, os números impressionam também: são 22 escolas de primeiro e segundo graus, supletivo e pré-escolar e mais uma para o ensino especial dos 50 excepcionais matriculados e que moram aqui. Há 336 professores e mais 218 pessoas que trabalham no apoio técnico e administrativo.

A nova Tucuruí tem sua Prefeitura que, a cada mês, faz circular um “resumo estatístico” sobre a cidade. O último, de dezembro, informa que há, aqui, entre outras coisas, quatro agências bancárias, um curso de inglês, três sorveterias, seis bancas de revistas e jornais, cinco agências, três lojas de artesanato, quatro estúdios fotográficos, cinco batiques, um consórcio de automóveis e três panificadoras. E, ainda, telefones DDD-DDI, torre repetidora de TV, aeroporto para

possa ser atendida gratuitamente em todos os casos (hoje, o hospital só atende clientela estranha à população da vila, se o caso for de emergência).

Fulman está otimista com o futuro de sua cidade: acha que a hidrelétrica poderá mudar inteiramente a paisagem e a face da velha Tucuruí. Amigo dos dirigentes da Eletronorte — ao contrário do seu antecessor, que brigou com eles — tem recebido muitos favores — engenheiros, máquinas e operários da barragem estão sempre melhorando as condições da cidade, ora pavimentando ruas, ora construindo pequenos bairros. E tem de ser assim, porque tudo falta.

O setor educacional tem apenas nove escolas de primeiro grau e nenhuma do segundo; não há hospital. Nas ruas estreitas que dão acesso ao centro da cidade, a pobreza absoluta está à vista, mulheres multirrapalhadas coçam a cabeça de crianças, catando pedras, ou alimentam os filhos seminus.

**“Esperando marido”**

— Aqui a gente não tem nada para fazer. O jeito é ficar em casa, esperando marido, resmungos D. Maria Maurícia Marcos, 24 anos, casando da o peito a Ceará, dois meses de vida, seu quinto filho. Ela informa que o marido — Diavó — “está trabalhando na barca”, levando e trazendo gente e mercadoria de um lado a outro do Tocantins.

No Centro, a sujeira está nas ruas, por cujos meios-fios escorre uma água escura e fétida. Há dezenas de lojas, algumas de confecções, outras de discos — estas fazem muito barulho quando põem a tocar os discos com música capriara. Os automóveis e caminhões burrnam a todo instante e o trânsito torna-se mais confuso e até perigoso.

— Tucuruí tem 16 mil imóveis construídos na cidade, sem contar os da vila

A nova Tucuruí está sendo construída dentro de moderna concepção urbanística

# AMIGOS CLIENTES.

Fonte: O Jornal do Brasil. Manchete: Tucuruí se constrói no contraste do luxo e do lixo. 08/01/84, ed. 00273, p. 17.

Na seção “Esperando marido”, dona Maria Maurícia, nas ruas de Tucuruí, relata

que onde mora não há muito o que se fazer, que “esperar” por seu marido, que trabalhava nas barcas de lomoção de pessoas e mercadorias, enquanto cuida das atividades domésticas e das crianças era o que podia fazer. Revela uma experiência de uma cidade que aguardava pelo melhor, com total de 16.000 imóveis na data.

Em edição do *JB* de 22 de novembro de 1984, página 11, ano e data de inauguração da UHT, Tucuruí ganha uma pequena seção nas páginas do jornal que era uma das maiores referências nacionais de notícias: “Vencendo o Desafio” (p. 11). Diferente do *CB*, que produziu um destaque sobre o feito, um breve texto foi publicado pelo *JB* nessa data, mas que explicita o discurso estrutural e um aparato burocrático que foram construídos para sustentar e manter o regime militar sobre a Amazônia como uma atuação que sempre se justificava por si.

Todas as informações convergem para a consolidação de um discurso sobre a Amazônia que a integra como parte de um tipo de modelo de colonização. Primeiro, “Tucuruí representa um passo definitivo na incorporação da Amazônia ao desenvolvimento econômico do país”, sugere que só agora, por abrigar uma obra de grande retorno nacional, é que se considera como parte integrada ao país. Em seguida, a questão do impacto nacional, pois indica que a hidrelétrica também terá um papel importante no abastecimento energético do Nordeste. O *JB* vê a construção da hidrelétrica como um grande desafio que foi vencido pelo país, mas sua conclusão demonstra a capacidade do regime de superar obstáculos, mesmo os naturais e realizar grandes projetos. Através dessa fonte, verifica-se que a ditadura buscava manipular também a identidade nacional, impondo à população uma visão una e autoritária do que significa progresso.

Apesar de jornais com o *Correio Braziliense* e o *Jornal do Brasil*, ambos de grande referência e influência, apesar das censuras e repressões, além de demonstrar os claros contrastes em que a sociedade amazônica suportou em nome do desenvolvimentismo, se demonstraram permeadas por ideais governistas e de apoio às representações socialmente construídas sobre a Amazônia e, como consequência, sobre Tucuruí. Como discute Camila Miranda (2018); “vários jornais simplesmente se acomodaram às regras impostas pelos militares, muitas vezes para garantir a continuidade de sua circulação” (p. 80).

Por fim, trago aqui um periódico local, o *Diário do Pará*, que teve em seu primeiro ano de circulação o ano de 1982. Escolhi esse jornal por sua disponibilidade de informação pública e por representar uma nova opção ao jornal líder de circulação

no Pará naquele período, O Liberal (PA). O *Diário do Pará*, apesar de não ter fontes periódicas sobre os 1970, nos disponibiliza ricas notícias e manchetes que nos possibilita análise historiográfica de todas as implicações que esse fato potencializou.

A posição do *DP*, jornal diário impresso em Belém, no Pará foi fundado pelo jornalista Laércio Wilson Barbalho, pai de Jader Barbalho, com intuito de projetar o filho para o cargo de Governador do Estado do Pará e se apresentava como uma contraposição ao regime através da figura do PMDB. Em sua primeira manchete, aquele novo informativo conclamava por “Eleição Limpa” (*DP*, 22/08/1982, p. 1).

Apesar do caráter propagandista do jornal à família Barbalho, que se estabeleceu na política paraense com os maiores influentes, colecionando cargos legislativos, é importante destacar justamente os contrastes sociais demonstrados como resultado aos impactos causados pela obra.

No ano de inauguração da usina, as reportagens são direcionadas para os impactos às reservas ambientais de Tucuruí. Em edições do ano de 1984, como a de 16 e 18 de março de 1984, retratam o uso de agente laranja para eliminação das árvores, onde definem como “uma tragédia ecológica”.

Continuamente:

[...] na área, as castanheiras foram exterminadas, sem elas não há necessidade de existirem os caboclos que vivem de colher castanhas, e estes, ao abandonarem a região por falta de trabalho não criam problemas sociais aos responsáveis pela construção da barragem de Tucuruí (*DP*, 16/03/1984, p. 17).

O jornal então toma a posição de denunciante dos crimes ambientais a partir da circulação de reportagens que mostram a realidade dos impactos ao meio ambiente e a sociedade que ali residem. Além disso, na citação, podemos verificar que a reportagem sugere que a extinção das castanheiras automaticamente afeta as relações com o meio, afetando modos de sobrevivência. As castanheiras é apenas uma das muitas espécies que compõem a floresta e a base da economia de muitas comunidades. Em Tucuruí, aliado à pesca, sempre foi um dos motores da economia na região, o que apesar de não representar o fim da flora nativa, afeta diretamente a vida daqueles que dali tiravam renda. Além disso, a notícia sugere que isso foi intencional, pois o afastamento desse “caboclo”, facilitaria a vida dos responsáveis pela obra, pois não seriam cobrados e ficariam na terra que acabaram de devastar.

Na edição do dia 20 de março, em entrevista com o Secretário Estadual de Agricultura, informam que a investigação foi iniciada após uma vítima fatal, um

lavrador, que teria bebido água envenenada pelo agente. A informação foi relatada pela viúva, à uma equipe de pesquisa que atuava em Goianésia do Pará. Através do posicionamento do secretário, informou que o estado do Pará considerava o caso de extrema gravidade e ameaça a biodiversidade (p. 5).

Em outra edição, do dia 25 de março do mesmo ano, sob o título “Agrotóxicos são usados sem que ninguém pague pelos seus males” (p. 9). Em reportagem, o médico ecologista Camilo Vianna denuncia o uso indiscriminado de agrotóxicos na Amazônia, qualificando-o como “uma agressão aos direitos humanos, além de ser uma pirataria tremenda com a floresta”. A denúncia toma corpo ao citar o caso de Tucuruí, onde o envenenamento de castanheiras, propositalmente executado pela Agropecuária Capemi, tinha como objetivo reduzir a produção de castanha-do-pará. Essa prática criminosa visava, além de prejudicar a economia local, “tirar a população desta área de forma rápida, além de permitir que a madeira seja cortada e não rache, propiciando sua comercialização”. A situação se agrava com a previsão de que “em setembro próximo, quando for enchida a represa de Tucuruí, formar-se-á um lago contaminado”, agravando mais a notícia.

A preocupação com a realidade local é muito diferente da tônica que foi adotada pelos jornais e periódicos de opiniões dos grandes centros. No *Diário*, os crimes ambientais são denunciados e os responsáveis são citados. Os jornais, tabloides, canais de informações e instrumentos de veiculação de informações sempre partem de um ponto. O ponto de partida, pode ser a narrativa que parte do ponto de vista dos preceitos colonizadores da modernização conservadora, como já ecoava Vargas ainda em 1940 com o “aproveitamento racional dos recursos naturais” e um “modelo certo de colonização (Vargas, 06 de outubro de 1940).

Percebe-se no *Diário* o contexto de ocupação predatória como uma “preocupação” para com a Amazônia e com o Pará no contexto das investidas dessa modernização sem apoio aos locais. Em manchetes pode-se encontrar páginas com “Devastação amazônica preocupa deputados” (*DP*, 03/04/1984, p. 3). Ou “Desfolhante químico é ameaça para Belém” (*DP*, 03/04/1984, p.5). Para tanto, não é a intenção desta pesquisa fazer juízo de valor aos documentos históricos. É utilizar a fonte e incorporá-la como uma possível reconstrução dos acontecimentos e evidenciar a forte permanência desses simbolismos no nosso dia a dia. Essa perspectiva local e a posição adotada pelo *DP* denunciam e informam os crimes cometidos, enquanto citam os criminosos e ainda se coloca como alternativa numa possível eleição limpa.

#### 4 A NOVA TUCURUÍ E A CIDADE VELHA: PANORAMAS LOCAIS

A Amazônia passou a ser vista pelo estado brasileiro ou mais precisamente como alvo das ações governamentais quando nela foi visto potencial econômico e energético, mais como uma “coisa” que geraria rios de dinheiro – eletricidade, e que deveria ser “povoada”, “civilizada”. A ideia de um vazio demográfico, de um vazio cultural, fomentou os ideais de uma Amazônia que deve alcançar o progresso e os meios civilizatórios.

Em 1974, a Estrada de Ferro Tocantins (E.F.T.) foi extinta através de um decreto. O mesmo ano marca o início das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a mudança do ciclo econômico, compondo os primeiros projetos desenvolvimentistas para a Amazônia através das hidroelétricas, que deveriam utilizar da força dos rios para a geração de energia elétrica. Tucuruí foi a primeira usina de tal porte erguida dentro da maior floresta tropical do mundo e representava grande importância para a economia brasileira no auge dos anos de ditadura. Com isso veio o processo de represamento do lago, o esbulho territorial das terras ocupadas - que seriam alagadas - e a expansão populacional com o avanço das obras. Os estudos foram realizados cerca de dez anos antes, na década de 1960 e a localização foi escolhida justamente por sua geografia e para viabilizar o curso do rio.

Cerca de 2.430 km<sup>2</sup> de terra foram inundadas para a formação do reservatório comumente intitulado como “Lago”, para os residentes de seu entorno. Essa é uma área duas vezes maior do que cidade do Rio de Janeiro. No período em que foi inundada a área era coberta essencialmente por fauna e flora nativa. (Oliveira, 2020, p. 6).

Os anos de 1960 a 1970 marcaram um crescimento populacional jamais visto na história da pequena cidade amazônica;

Na cidade de Tucuruí são perceptíveis tais tipos de ordenamentos territoriais. Segundo o censo 2010 do IBGE, cerca de 30% da população total do município (aproximadamente 28 mil pessoas) estão em áreas de aglomerados subnormais (BARATA, 2019, p. 128).

Para a pesquisadora, esse movimento de migração que não recebeu um apoio de políticas públicas por parte do Estado e Eletronorte (Camargo Corrêa) para organização da cidade, elevou diversas questões de segregação para com núcleos assalariados de migrantes de municípios como Mocajuba e Cametá, tal como os migrantes nordestinos. Em 1951, a população do município era de 2.520 (dois mil

quinhentos e vinte) habitantes. Segundo o IBGE, a população do município de Tucuruí alcançava a marca de 9.921 habitantes na década de 70. O maior salto populacional foi na década seguinte, o IBGE (IBGE-Censo Demográfico 1980) aponta que os anos de 1970-1980 marcaram um avanço para a marca de 61.123 (sessenta e um mil cento e vinte e três) habitantes (IBGE-Censo Demográfico 1980). Os anos posteriores marcam esse processo de crescimento populacional em avanço contínuo, transformando Tucuruí em um núcleo urbano (Barata, 2019).

A concepção da cidade como um apêndice da usina, relegando-a a um papel secundário e imutável, revela a natureza limitada e engessada do grandioso projeto desenvolvimentista. Quando nas reportagens dos jornais verificamos os usos dos discursos que fomentam a visão de uma cidade que deve ser grata às investidas do governo, seja ela por exemplo, por meio da utilização de veneno para atacar as florestas e conseqüentemente toda uma população, compreende-se que a narrativa oficial pode ter sido difundida no imaginário nacional e regional como o que é certo, pois a lógica capitalista leva a este caminho.

Na década de 1970 a 1975, a Eletronorte construiu um aeroporto de pequeno porte e desenvolveu vilas para abrigar operários, engenheiros e demais trabalhadores da obra. Essas vilas foram nomeadas como Vila Permanente e Vilas Temporárias I e II, respectivamente. As vilas temporárias, feitas de madeira, estavam destinadas a serem desmontadas após a conclusão das obras. Já a Vila Permanente, concebida como uma verdadeira cidade-empresa pela Eletronorte, foi projetada aproveitando a configuração do terreno, construída em uma elevação para proporcionar uma vista panorâmica da barragem e do lago adjacente, especialmente para membros do alto escalão ou ligados à Eletronorte.

Todo o processo qual a usina de Tucuruí está envolvida é marcado por grandes transformações geográficas, ambientais e sociais na história da cidade. Alterações no modo de viver, nas relações de trabalho e na própria cultura da cidade. O incentivo *Compay Town* projetado pela Eletronorte para a cidade buscou ressignificar a história e a cultura local, dividiu as pessoas entre os donos do projeto e entre trabalhadores nos canteiros, dividiu entre a Vila Permanente e a *Velha Tucuruí*. Essa divisão se estabeleceu por muitos anos, principalmente pelo fato de que, a Cidade, o eixo separado da Vila pela BR-422, sempre pagou as taxas de energia das empresas terceirizadas, como a CELPA (Centrais Elétricas do Pará). Enquanto a Vila Permanente, tinha os custos de água e energia totalmente subsidiados pela

Eletronorte. O que nos faz pensar que, para uma usina de tamanho porte, sempre engradecida por sua potência, facilmente subsidiariam a cidade de Tucuruí inteira.

As obras simbolizavam o crescimento econômico do regime ditatorial por demonstrar grandiosidade, segurança e modernização. No contexto local, a Vila Permanente foi a cidade que saiu da prancheta, chegando a ser comparada à Brasília pelo engenheiro Humberto Gama em sua reportagem na íntegra (*JB*, 08/01/84, p. 17).

O significado da construção da vila e da usina baseadas na alteração dos modos de viver, a história também se representa no espaço da cidade, na arquitetura e nos significados. Ambos os projetos, essa experiência Histórica que Tucuruí viveu, representa o modelo que a ditadura buscava implementar em todo Brasil. Um classe trabalhadora flutuante, que não fazia parte do “futuro” promissor da cidade, uma classe de trabalhadores especializados e médio especializados e uma elite local, advindos dos privilégios da estatal e multinacionais, seriam residentes fixos por e para explorar.

O ideal do “espaço a ser ocupado” forma o sentido e a percepção daquele que é exógeno. Havia elites locais, mas boa mesmo é a elite que vem do Sul, como pode ser analisado na reportagem do *JB* sobre as novidades que a venha Tucuruí possuía. Onde a ditadura alcançou, implementou um modelo urbanístico que não respeitou os aspectos regionais e tinha como o objetivo de transformar, começar do zero, o modelo de sociedade segregacionista.

Como apontando por Pedro Henrique Pedreira Campos (2019), o projeto para Tucuruí e sua materialização representa o perfil da própria ditadura brasileira. As empreiteiras, como Camargo Corrêa, empresas estrangeiras e o capital multinacional, sob a égide do Estado ampliado, eram intrínsecos à própria estrutura ditatorial, eles eram seu próprio corpo e mente. O projeto de modernização capitalista, acelerada e repressora, arquitetado pelo regime, composto pelo autoritarismo e violência, tinha como agentes e beneficiários diretos esses interessados, o que veio a ser evidenciado em empreendimentos como a usina de Tucuruí e a Vila *Permanente*. A “aceitação” de grandes executivos e empresários ligados ao regime para que fossem morar de forma definitiva na cidade, já partia de um pressuposto de privilégios, garantia de retorno financeiro e garantia dos usos, sejam devidos ou indevidos dos “recursos” e das terras.

A usina, é um orgulho para muitos tucuruenses. O que nos leva a destacar que as representações construídas sobre a Amazônia brasileira estão mais presentes no imaginário local do que se poder pensar. Porém, é esse povo tucuruense que vive até os dias atuais os efeitos irreversíveis da ocupação, para além daqueles que partiram

sem receber suas indenizações ou sem ainda entender o porquê de o Estado querer tirar dele o que tem de mais precioso possui.

## 5 CONCLUSÃO

Em síntese, podemos compreender quais as marcas da ditadura e da construção dos discursos desenvolvimentistas impactaram Tucuuruí. A Amazônia, vista através das simbologias construídas, revelou-se um território complexo e dinâmico, com uma rica história e cultura que, a partir da produção historiográfica, está cada vez mais posicionado no Brasil como um espaço de produtor de sua própria história.

Um dos objetivos desta pesquisa, é auxiliar nesse processo de desconstrução dos conhecimentos, sejam endógenos os exógenos sobre a região. É comum, mesmo atualmente, presenciar concepções que mistificam, descredibilizam e massacram nossa produção de conhecimento. O Norte do Brasil e a Amazônia como um todo, de forma simples a dizer, vivenciam essas formas de violência simbólica. Devemos ressaltar, que a violência aqui chegou muito antes do Estado brasileiro e, como intensificador dela, a presença do Estado ditatorial ampliou ainda mais as feridas existentes em nossa terra. Para além disso, a partir da pesquisa, é possível apresentar os contrastes das narrativas que foram implementadas e justificadas em nome do progresso ou em nome da integração da região ao país. Além disso, reforçar e expor os panoramas locais e os diferentes significados dados ao espaço da cidade.

E por fim, como descrito sabiamente por Camila Miranda (2018), mulher amazônica;

os governos utilizam dessas representações para justificar formas de ação autoritárias, que impõe sobre a Amazônia e suas populações modelos de desenvolvimento e colonização que, muitas vezes, não dialogam com as vivências internas. Isso ocorreu não só durante a ditadura, mas antes e depois dela (p. 219).

A ditadura desmatou, envenenou e torturou povos indígenas, posseiros e camponeses em Tucuuruí e, ao final, implementou ou buscou implementar um modelo de sociedade segregacionista, onde os “privilegiados” do regime teriam acesso à água e energia gratuitas, espaços de lazer, proteção e limpeza pública. Enquanto à “velha cidade”, restava a esperança de um dia alcançar as bem feitorias governamentais. Todavia, essa intervenção do Estado, apesar de ter sido intensificada no regime

ditatorial se disseminou entre a sociedade brasileira, na política, na cultura e na forma de ver a pessoa da Amazônia. O que rememora as representações defendidas ainda no contexto da Amazônia Colonial e da invasão do Brasil.

É fato que há muitos aliados em outros estados brasileiros, que pesquisam e contribuem para essa resistência e desconstrução, mas muitos brasileiros não-amazônidas ou mesmo amazônidas, se acomodam às representações que foram construídas pelos governos brasileiros, pela imprensa e pela mídia, que abafou denúncias, censurou veículos de comunicação e ocupou de forma criminosa o território. E acabam, ratificando uma série de violências tanto simbólicas quanto reais e físicas, em nome do progresso e para o uso dos recursos naturais. A respeito desse termo, evoco Ailton Krenak (2015, p. 25):

A respeito dessa ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento uns dos outros?

A pergunta então nos desafia a pensar em como podemos mudar essa perspectiva. A maneira com a qual vemos a natureza influencia diretamente nossas relações humanas, além de representar uma conexão entre o ser humano e a natureza. Destruindo-a, destruímos a nós mesmos. Abafando sua história, contribuimos para a continuação dessa destruição.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias:

### Discursos citados:

VARGAS, Getúlio. Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará, 06 de outubro de 1940. Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do estado. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/28.pdf/view>>. Acesso em 23 de outubro de 2023.

### Periódicos citados:

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, DF: Na transamazônica surge um homem diferente. ed. 003868, 16 jul. 1972, p. 18. Disponível em: [Correio Braziliense \(DF\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 11 de janeiro de 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, DF: PIN favorece a Amazônia. ed. 03891, 8 ago.

1972, p. 2. Disponível em: [Correio Braziliense \(DF\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 11 de janeiro de 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, DF: Visita de Figueiredo à Usina Tucuruí. ed. 06021, 30 jul. 1979. cd. 2, p. 2. Disponível em: [Correio Braziliense \(DF\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 11 de janeiro de 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, DF: Depois de Tucuruí, o Norte não vai mais ser o mesmo. ed. 07909, 22 jul. 1984, p. 9. Disponível em: [Correio Braziliense \(DF\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em 17 de janeiro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, RJ: Cidade aonde Geisel vai dia 17 é alaga pelas águas o rio Tocantins. ed. 00304, 9 fev. 1977, p. 14. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 25 de janeiro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, RJ: Tucuruí alagada espera o Presidente Geisel hoje para visitar hidrelétrica. ed. 00312. 17 fev. 1977, p. 13. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 25 de janeiro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, RJ: Tucuruí tem 200 famílias desabrigadas. ed. 00290, 25 jan. 1978, p. 16. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1970 a 1979 - DocReader Web](#). Acesso em 25 de janeiro de 2024.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, RJ: Tucuruí se constrói no contraste do luxo e do lixo. ed. 00273, 08 jan. 1984, cd. 1, p. 17. Disponível em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1980 a 1989 - DocReader Web](#). Acesso em 25 de janeiro de 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, PA: Eleição Limpa: um jornal da planície. ed. 00001, 22 ago. 1982, cd. 1, capa. Disponível em: [Diário do Pará \(PA\) - 1982 a 1990 - DocReader Web](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, PA: Tóxico contra castanhais: Fortes suspeitas no uso do "laranja". ed. 00420, 16 mar. 1984, p. 17. Disponível em: [Diário do Pará \(PA\) - 1982 a 1990 - DocReader Web](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, PA: Agrotóxicos são usados sem que ninguém pague pelos seus males. ed. 00428, 25 mar. 1984, p. 9. Disponível em: [Diário do Pará \(PA\) - 1982 a 1990 - DocReader Web](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, PA: Devastação amazônica preocupa os deputados. ed. 00435, 3 abr. 1984, p. 3. Disponível em: [Diário do Pará \(PA\) - 1982 a 1990 - DocReader Web](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém, PA: Desfolhante químico é ameaça para Belém. ed. 00435, 3 abr. 1984, p. 5. Disponível em: [Diário do Pará \(PA\) - 1982 a 1990 - DocReader Web](#). Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

## **Bibliografia:**

ACSELRAD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens. Considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, v. 38, no. 02, pp. 389-408, 2019.

BARATA, C.J.B.; ROCHA, G.M. Dinâmica demográfica e redistribuição populacional da área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estado do Pará. In. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019, Vitória – ES. GT: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos. Vitória – ES: Editora Milfontes, 2019. V.1.p 188-138.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento. 2ª edição. Manaus. Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 07-16.

BRASIL. Programa de Integração Nacional. Brasília: Governo Federal, 1970.

BUENO, Magali Franco. O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart.

CONGILIO, C.R. ; ORELLANA, J. S. . O Projeto Hidrelétrico Tucuruí E A Ditadura Militar No Brasil. Uma Perspectiva Desde A Ecologia Política. In: III Encontro de Pós-Graduação, 2018 - PROPIT - UNIFESSPA, 2018, Marabá -PA. Anais do Encontro de Pós-Graduação, 2018. Marabá: Unifesspa, 2018. v. 1.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f., il. Tese (Doutorado em História) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>> Acesso em 06 dez. 2024

HEBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. V.3

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

LEITE, Carlos Henrique Ferreira Leite. *TEORIA, METODOLOGIA E*

POSSIBILIDADES: OS JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA HISTÓRICA. Artigo. 2015.

LOPES, Danielle de Carvalho. Uma análise de conteúdo das notícias do Correio Braziliense sobre a Ceilândia. Monografia. Brasília, 2007. Disponível em: <[https://museuvirtualdeceilandia.com.br/biblioteca\\_digital/Uma\\_analise\\_d\\_e\\_conteudo\\_das\\_noticias\\_do\\_Correio\\_Braziliense\\_sobre\\_Ceilandia.pdf](https://museuvirtualdeceilandia.com.br/biblioteca_digital/Uma_analise_d_e_conteudo_das_noticias_do_Correio_Braziliense_sobre_Ceilandia.pdf)> Acesso em 01 dez. 2024

MENDES, Armando Dias. A invenção da Amazônia. Alinhavos para uma história de futuro. 3ª edição, revista aumentada. Belém: Banco da Amazônia; Universidade Federal do Pará (coedição), 2006.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Monografia. Manaus, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Autoritarismo e cultura política. Porto Alegre: Editora FGV, Edipucrs, 2013, p. 153-177.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. Cidade-empresa e controle da mão de obra na construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984). Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 12, p. 1–23, 2020. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e75359. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/75359>. Acesso em: 23 out. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com olhos no passado: a Cidade como palimpsesto. Revista Esboços: revista do Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 11, n. 11 (2004), p. 25-30.

QUEIRÓS, C. A. B. A Amazônia e a “utopia autoritária”: Integração, ocupação e exploração ontem e hoje. *Estudos Ibero-Americanos*, 48(1). 2022.